



Grant Thornton

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Voluntários da Pátria, 89 - 5º andar
Salas 503 e 504 - Botafogo (RJ) Brasil

T +55 21 3512-4100

Aos:
Administradores e Conselheiros da
Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na nota explicativa nº. 1, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP depende do recebimento de repasse de recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTI e outros ministérios para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro, conseqüentemente esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota explicativa nº. 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	558.740.021	284.115.523	Fornecedores	12	25.924.015	20.249.608
Clientes a receber	5	5.958.994	4.771.418	Passivo de arrendamento	13	1.409.855	908.792
Estoque de material de consumo	-	-	3.233	Obrigações fiscais	14	9.233.962	3.109.404
Depósito em garantia	6	771.213	559.766	Obrigações sociais	-	2.223.395	1.600.668
Adiantamentos a terceiros	7	3.078.817	1.183.029	Obrigações trabalhistas	15	9.013.232	8.210.689
Créditos de funcionários	-	897.043	702.060	Obrigações em circulação	16	495.174.185	374.357.574
Despesas pagas antecipadamente	-	560.515	526.332	Outras contas a pagar	-	347.471	458.667
Impostos e contribuições a recuperar	-	35.859	34.961				
		570.042.462	291.896.322			543.326.116	408.895.402
Não circulante				Não circulante			
Despesas pagas antecipadamente	-	416.471	466.601	Provisão para riscos judiciais	17	26.158.406	21.557.945
Depósitos judiciais	8	5.599.902	3.328.370	Passivo de arrendamento	13	2.175.573	285.204
Depósito em garantia	6	48.000	102.000	Obrigações em circulação	16	151.121.130	-
						179.455.109	21.843.149
Direito de uso de arrendamento	9	2.914.755	1.148.021	Patrimônio líquido			
Imobilizado	10	129.372.193	124.988.578	Patrimônio social		32.346.513	37.611.907
Intangível	11	51.688.981	41.155.173	Superávit (déficit) do exercício		4.995.026	(5.265.394)
		190.040.302	171.188.743			37.301.539	32.346.513
TOTAL DO ATIVO		760.082.764	463.085.065	TOTAL DO PASSIVO		760.082.764	463.085.065

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com restrição			
Receita do contrato de gestão	16	298.355.762	280.202.937
Receita de convênios	19	30.988.518	6.964.203
Receitas sem restrição			
Receitas de prestação de serviços		33.636.608	23.970.815
Tributos sobre serviços prestados		(3.746.988)	(3.039.494)
	20	29.889.620	20.931.321
		359.233.900	308.098.461
(Despesas)/Receitas Operacionais			
Despesas com pessoal	21	(98.510.022)	(83.852.123)
Provisão de férias e 13º salário	-	(6.539.235)	(5.451.567)
Provisão para riscos judiciais	17	(10.911.219)	(882.208)
Despesas gerais e administrativas	22	(258.847.618)	(201.445.284)
Despesas tributárias	23	(1.820.559)	(2.396.403)
Depreciação e amortização	9/10/11	(28.342.910)	(20.685.146)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	3.664.562	(869.921)
		(401.307.001)	(315.582.652)
Despesas financeiras		(10.379.685)	(3.511.123)
Receitas financeiras		57.407.812	5.729.920
Resultado Financeiro Líquido	25	47.028.127	2.218.797
Total das Despesas/Receitas Operacionais		(354.278.874)	(313.508.429)
Superávit / (Déficit) do exercício		4.955.026	(5.265.394)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Superávit/déficit acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	54.939.352	(17.327.446)	37.611.907
Incorporação do resultado ao patrimônio social	(17.327.446)	17.327.446	-
Déficit do exercício	-	(5.265.394)	(5.265.394)
Em 31 de dezembro de 2021	37.611.906	(5.265.394)	32.346.513
Incorporação do resultado ao patrimônio social	(5.265.394)	5.265.394	-
Superávit do exercício	-	4.955.026	4.955.026
Em 31 de dezembro de 2022	32.346.513	4.995.026	37.301.539

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Superávit/déficit do exercício	4.955.026	(5.265.394)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>4.955.026</u>	<u>(5.265.394)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(déficit) do exercício	4.955.026	(5.265.394)
Depreciação e amortização	27.399.519	19.306.608
Baixa de ativo imobilizado e intangível	312.174	260.731
Amortização de despesa antecipada	246.803	246.803
Juros incorridos sobre arrendamentos	(336.220)	117.026
Amortização do direito de uso dos arrendamentos	943.392	1.378.519
Constituição de provisão para riscos judiciais	2.473.008	5.017.823
Constituição/(reversão) de provisão para perda no ativo imobilizado/Intangível	426.551	(241.132)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	51.720	210.222
	<u>38.599.427</u>	<u>21.031.207</u>
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Varição em clientes a receber	(1.239.296)	574.246
Varição em estoque de material de consumo	3.233	5.225
Varição em depósito em garantia (curto e longo prazo)	(157.447)	442.419
Varição em adiantamentos a terceiros	(1.895.788)	979.721
Varição em créditos de funcionários	(194.983)	(130.876)
Varição em despesas pagas antecipadamente (curto e longo prazo)	(230.856)	(141.091)
Varição em tributos e contribuições a recuperar	(898)	(32.739)
Varição em depósitos judiciais	(2.271.531)	(197.507)
	<u>(5.987.566)</u>	<u>1.449.398</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Varição em fornecedores	5.674.407	6.390.335
Varição em obrigações fiscais	6.124.558	1.151.594
Varição em obrigações sociais	622.727	(371.388)
Varição em provisões trabalhistas	802.543	(2.174.897)
Varição em obrigações em circulação	271.937.742	187.839.076
Varição em contas a pagar	(111.197)	454.667
	<u>285.050.780</u>	<u>189.153.772</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>317.662.640</u>	<u>211.684.377</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de imobilizado e intangível	(43.055.667)	(103.061.740)
Remensuração de passivo de arrendamento	3.075.941	-
Pagamento de passivo de arrendamento	(1.091.371)	-
Direito de uso de ativo	(2.710.126)	(666.333)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(43.781.222)</u>	<u>(103.728.073)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Remensuração de passivo de leasing	1.270.723	444.807
Pagamento de passivo de leasing	(527.642)	(1.316.615)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>743.081</u>	<u>(871.808)</u>
Aumento líquido do caixa e equivalente de caixa	<u>274.624.498</u>	<u>107.084.495</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	284.115.523	117.031.028
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	558.740.021	284.115.523
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>274.624.498</u>	<u>107.084.495</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

1. Informações sobre a entidade

A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP (Associação e/ou Entidade), localizada na Rua Lauro Muller 116, sala 1.103, Botafogo - Rio de Janeiro – RJ, foi qualificada como Organização Social por meio do Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações, com o foco orientado para a educação, a pesquisa e a inovação. Para isso, cria e desenvolve redes de colaboração e comunicação de alto desempenho no país e em interconexão global, soluções e serviços digitais seguras, aplicações inovadoras e experimentais e realiza a qualificação de competências nessas tecnologias emergentes.

As atividades desenvolvidas pela RNP estão vinculadas a metas e prazos pactuados e descritos no Contrato de Gestão firmado, originalmente em 26 de março de 2002, entre Associação e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Esse instrumento de parceria e fomento de resultados plurianuais é mantido com recursos do MCTI em conjunto com outros ministérios intervenientes ao Contrato de Gestão, como Educação (MEC) e Comunicações (MCom), além de outros órgãos, interessados nos objetivos estratégicos contratualizados e na participação no Sistema RNP, por meio do Programa Interministerial RNP (PRORNP), criado em 1999.

O Sistema RNP é atualmente composto por 800 organizações usuárias, cerca de 4 milhões de alunos, professores e pesquisadores, 1.500 campi de universidades, institutos públicos e privados, unidades de pesquisa, museus, hospitais universitários, além de grandes projetos de ciência, ambientes de inovação e redes de colaboração temáticas. Essa comunidade conta com uma plataforma digital para educação, pesquisa e inovação, onde são construídos e consumidos serviços nacionais e internacionais. Essa plataforma de serviços digitais está baseada em uma ciberinfraestrutura nacional de alto desempenho, capaz de coordenar comunicação, computação e armazenamento para a pesquisa e o ensino no Brasil. Por suas características e requisitos, atende aos projetos que possuem alta demanda de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em áreas como astronomia, biodiversidade, saúde, clima e física, entre outras. O Sistema RNP também abriga e sustenta distintas redes de colaboração para educação continuada, qualificação de recursos humanos e desenvolvimento de políticas públicas.

Em 2 de agosto de 2021, a RNP e o MCTI firmaram o Contrato de Gestão 2021-2030, com a interveniência do MEC e MCOM. Este é o quarto ciclo plurianual de fomento ao Sistema RNP para o desenvolvimento e qualificação da ciberinfraestrutura nacional, seus serviços digitais e recursos humanos altamente qualificados, que constituem um bem público para milhares de organizações usuárias, integradas globalmente, com redes de educação e pesquisa e fluxos de conhecimento.

A RNP depende do recebimento de repasse de recursos de fomento do PRORNP, especialmente MCTI, MEC e MCOM, para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Em virtude da natureza das operações da Organização, da vigência do Contrato de Gestão e da conformidade com os termos deste novo contrato, a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização na forma esperada.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da RNP são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros). Naqueles aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Não existem transações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos nas operações realizadas pela Entidade nos exercícios apresentados.

As demonstrações contábeis da RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 08 de março de 2023.

3. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das políticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

3.3. Sumário das principais políticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência para os recursos recebidos via Contrato de Gestão, convênios FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e para projetos com duração superior a mais de um exercício financeiro, no caso: Projeto Frida, Projeto Global Biodiversity, Comunicação móvel 5g INATEL, Convênio Colégio Pedro II, Projeto Brasil 6g, Projeto RNP 5g In a box, Projeto Open Ran.

A receita apropriada pelo regime de competência é reconhecida na extensão em que são incorridas as despesas relacionadas aos projetos executados, e as receitas advindas de outros convênios, contratos e prestação de serviços, geridas pela RNP, são contabilizadas no momento do seu recebimento.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Associação no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício.

c) Contas a receber e perda estimada para crédito de liquidação duvidosa - PECLD

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento, em contrapartida à conta de resultado. O CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros - substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para as contas a receber, a Entidade adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. Conjugada com a experiência operacional e a conjuntura econômica.

d) Imobilizado

Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 10, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração da RNP não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou à sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de superávit/déficit no período em que o ativo for baixado.

A provisão para perda do ativo imobilizado é constituída após a realização do inventário físico anual. Com base no status de cada um dos bens, a administração constitui a provisão.

Os status passíveis de provisão são: não informado, não localizado, irrecuperável, obsoleto para o projeto, recuperável e em branco.

e) Contratos de arrendamento – CPC 06

Na data de início do contrato de arrendamento é reconhecido o direito de uso e o passivo de arrendamento. A Entidade mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento, onde é utilizada a taxa incremental, já que não possui taxa de juros implícita em seus contratos. A taxa incremental estimada é em função das taxas de captação de financiamentos de longo prazo, ajustada para refletir as características do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, moeda, prazo e a data de início do contrato. Se ocorrer alguma alteração do fluxo de caixa esperado no contrato, o passivo é novamente mensurado. A Entidade amortiza o ativo de direito de uso pelo método linear, pelo prazo remanescente do arrendamento.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

A Entidade usou determinadas isenções permitidas pela norma e, portanto, não aplicaram os requerimentos no CPC 06 (R2) para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, reconhecendo para estes casos uma despesa de arrendamento pelo método linear, conforme previsto no CPC 06(R2), equivalente ao IFRS 16. A Entidade possui contratos de arrendamentos operacionais nos quais atua como arrendatária referentes à imóveis. A mensuração desses arrendamentos inclui:

- i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da arrendatária e esse exercício é razoavelmente certo;
- ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes às suas operações;
- iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa incremental adequada aos contratos; dentre outras.

f) Intangível

Ativos intangíveis refletem os custos de aquisição deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável.

O critério para provisão para perda é similar ao aplicado ao ativo imobilizado mencionado na nota explicativa acima.

g) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração de déficits e superávits, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A RNP é parte em processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

h) Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

A Entidade reconhece um ativo financeiro no seu balanço patrimonial, quando, e apenas quando, a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Entidade avalia na data das demonstrações contábeis se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores.

Instrumentos derivativos

A Entidade não possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A Entidade, também não realizou durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

j) Tributação

A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a isenção tributária de IRPJ e CSLL.

Caso a RNP não gozasse de isenção tributária, a tributação sobre o lucro compreenderia o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda seria computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedessem R\$ 240.000 no período de 12 meses, e a contribuição social seria computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, gerariam créditos ou débitos tributários diferidos.

A Entidade não tributa PIS e Cofins sobre a receita de subvenção governamental recebida, pois os recursos que são repassados para atender as obrigações do Contrato de Gestão têm natureza de repasse de recursos públicos destinados à realização de atividades e projetos, restando afastada a incidência de impostos ou contribuições, por não caracterizarem contraprestação de serviços.

Para as receitas de prestação de serviços os seguintes impostos e contribuições incidem pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto sobre Serviços – ISS	5,00%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins	7,60%

k) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos – Resolução CFC no 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros). Naqueles aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completos.

3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações contábeis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas a entidades sem fins lucrativos, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações contábeis e nas suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e do intangível, assim como da provisão para riscos judiciais. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

4. Caixa e equivalente de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa pequeno - RNP	3.000	-
Banco conta movimento - Contrato de Gestão	161.553.460	105.265.609
Banco conta movimento - Associação	2.223.289	1.385.331
	<u>163.779.749</u>	<u>106.650.940</u>
Aplicações financeiras - Contrato de Gestão	302.965.896	114.771.448
Aplicações financeiras - Associação	91.994.376	62.693.135
	<u>394.960.272</u>	<u>177.464.583</u>
	<u>558.740.021</u>	<u>284.115.523</u>

As aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa em instituições de primeira linha e indexadas à variação do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários, com vencimento no curto prazo. No ano de 2021 houve uma mudança no perfil de investimento da Entidade, bem como na gestão dos recursos em tesouraria, tais alterações estão mais bem detalhadas na nota explicativa 25 – Resultado Financeiro Líquido.

A Entidade considera os recursos do contrato de gestão, sejam eles banco conta movimento ou aplicação financeira, como caixa e equivalentes de caixa, pois tais recursos são utilizados para pagamento de despesas orçadas nos projetos que serão realizados durante o exercício, bem como para cobrir as despesas que mantêm a operação da RNP.

5. Contas a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Clientes	1.664.324	2.336.966
Duplicatas a receber	393.132	46.375
Serviços prestados e não faturados	3.953.258	2.598.299
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(51.720)	(210.222)
	<u>5.958.994</u>	<u>4.771.418</u>

A conta de “Clientes” refere-se às emissões de notas fiscais eletrônicas de prestação de serviços e a conta “Duplicatas a receber” refere-se às faturas emitidas de receitas provenientes de cooperação técnica, convênios e patrocínios. A provisão de serviços a faturar foi constituída somente para os clientes que a Entidade possuía o aceite.

A composição das contas a receber de clientes por idade de vencimento é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	5.634.436	2.056.313
Vencidas há 30 dias	69.034	2.663.323
Vencidas de 31 a 60 dias	8.694	27.782
Vencidas de 61 a 180 dias	246.829	26.560
Vencidas há mais de 180 dias	51.720	207.662
	<u>6.010.714</u>	<u>4.981.640</u>

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi como segue:

	2022	2021
Saldo em 01 de janeiro	(210.222)	(68.603)
(+) Adições	(51.720)	(210.222)
(-) Baixas	210.222	68.603
Saldo em 31 de dezembro	(51.720)	(210.222)

Em relação ao critério utilizado para constituição da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), utilizou-se a conjugação de dois parâmetros. O primeiro parâmetro diz respeito à data de vencimento, ou seja, títulos vencidos há mais de 180 dias sem o respectivo recebimento considerando a data base 31/12/2022. O segundo critério é pautado no insucesso de cobrança dos títulos vencidos há mais de 61 dias, ou seja, apesar de terem sido feitas cobranças, a Entidade não obteve retorno algum sobre a previsão de recebimento dos valores. Dos títulos com vencimento aberto entre 61 a 180 dias, dois títulos no valor de R\$51.000,00 e outro R\$720,00 se enquadrou na situação ora mencionada, somando-o aos títulos abertos há mais de 180 dias, compõe-se o valor total provisionado (R\$51.720).

6. Depósito em garantia (circulante e não circulante)

	31/12/2022	31/12/2021
Aluguel	48.000	102.000
INMETRO	19.755	124.179
CAPES	751.458	435.587
Total de garantias	819.213	661.766
Circulante	771.213	559.766
Não circulante	48.000	102.000

A RNP possui contratos firmados com clientes e fornecedores (contrato de locação) que exigem obrigações, através da constituição de uma garantia bancária.

7. Adiantamentos a terceiros

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos a fornecedores (a)	2.261.753	170.457
Importação em andamento (b)	774.597	968.004
Adiantamentos diversos	42.467	44.568
	3.078.817	1.183.029

(a) Em sua maioria é composta por pagamento antecipado à PADTEC, referente a serviços de manutenção e à Ticket S.A. referente ao vale refeição para funcionários.

(b) Valor referente a importações em andamento associadas a diversos projetos (exemplo: Projeto Amazônia Integrada – PAIS). O montante compreende os valores adiantados na aquisição dos equipamentos para execução dos respectivos projetos.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

8. Depósitos judiciais

	<u>Quantidade</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Processo RFB (a)	1	498.765	498.765
Processo RFB – PIS/Cofins (b)	1	5.000.262	2.829.605
Processo RFB (c)	1	89.317	-
Processo trabalhista (d)	1	11.558	-
		<u>5.599.902</u>	<u>3.328.370</u>

- (a) Refere-se a uma ação ordinária com origem no ano de 2013 visando a obtenção de provimento judicial para reconhecer a improcedência da cobrança de IRRF sobre rendimentos financeiros que era pretendida pela Fazenda Nacional. Atualmente, a Entidade não possui práticas relacionada ao tema.
- (b) A partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive as decorrentes de operações realizadas para fins de *hedge*, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, passaram a ser de 0,65% e 4%, respectivamente. A RNP está recolhendo judicialmente o valor correspondente ao pagamento da COFINS, pois entende que essa cobrança é indevida, dado que a origem do valor aplicado é isenta de tributação, logo, seus rendimentos também deveriam ser.
- (c) Refere-se a um processo iniciado no ano de 2020, cujo objeto refere-se a um auto de infração lavrado visando a aplicação da multa prevista no art. 33 da Lei nº 11.488/2007 por importação dos equipamentos relativos à DI nº 20/1023656-3. Em setembro de 2021, a respeito do despacho decisório proferido nos autos do processo administrativo nº 19482-720.054/2020-08, concluiu pela inocorrência de infração a ensejar a aplicação de pena de perdimento e, conseqüentemente, ocasionaria a improcedência do auto ora impugnado. Assim, requereu-se a priorização da análise da impugnação apresentada, de modo que a RNP possa vir a ser ressarcida do valor depositado administrativamente. Atualmente, a RNP aguarda o julgamento da impugnação interposta.
- (d) Refere-se a processo de vínculo trabalhista. O depósito judicial é referente a garantia da execução da Reclamação Trabalhista, cujo valor já foi depositado e será utilizado para pagamento da ação em 2023.

9. Direito de uso de arrendamento

Os arrendamentos nos quais a Entidade, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento, pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato.

Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A taxa de desconto utilizada no cálculo dos contratos antigos foi a SELIC média de 6,24% a.a. e para o contrato novo, EMBRAPA - CAMPINAS, o INCC - M acumulado de 2022 de 9,40%.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

A RNP possui contratos de aluguel das salas comerciais, espaço físicos para armazenagem e de equipamentos. A seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos nos exercícios de 2022 e de 2021:

	2022	2021
Saldo em 01 de janeiro	1.148.021	1.860.207
Adição	2.710.126	666.333
Amortização	(943.392)	(1.378.519)
Saldo em 31 de dezembro	2.914.755	1.148.021

10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2021	Custo			Depreciação		
			Aquisições	Baixas	Transferências entre contas	Adições	Baixas	31/12/2022
Equipamentos de computação	20%	52.977.612	12.955.376	(3.135.387)	-	(19.682.790)	3.131.799	46.246.609
Máquinas e equipamentos	10%	11.499.095	112.215	(100.643)	291.151	(1.096.626)	50.143	10.755.334
Móveis e utensílios	10%	2.519.356	4.313.089	(68.726)	-	(833.118)	50.608	5.981.209
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	216.326	-	-	-	(22.603)	-	193.723
Cabos de fibra ótica	5%	11.727.924	5.973.430	(241.099)	53.270.633	(2.087.248)	4.731	68.648.370
Instalação	10%	403.496	-	-	-	(43.458)	-	360.038
Equipamento-leasing		-	1.044.150	(3.600)	-	-	-	1.040.550
Construções em andamento		136.085	16.073	-	-	-	-	152.158
Imobilizado em andamento (a)		49.087.931	4.473.853	-	(53.561.784)	-	-	-
Provisão para perda no ativo (b)		(3.579.246)	(550.905)	124.353	-	-	-	(4.005.797)
	20%	<u>124.988.578</u>	<u>28.337.282</u>	<u>(3.425.103)</u>	-	<u>(23.765.844)</u>	<u>3.237.281</u>	<u>129.372.193</u>

	Taxas Anuais de depreciação	31/12/2020	Custo		Depreciação		31/12/2021
			Aquisições	Baixas	Adições	Baixas	
Equipamentos de computação	20%	40.635.955	28.539.831	(6.713.524)	(16.121.512)	6.636.862	52.977.613
Máquinas e equipamentos	10%	11.888.456	823.883	(398.265)	(1.133.879)	318.900	11.499.095
Móveis e utensílios	10%	2.648.150	452.224	(263.305)	(476.575)	158.862	2.519.356
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	7.372	226.027	-	(17.072)	-	216.326
Cabos de fibra ótica	5%	6.328.283	5.856.937	-	(457.296)	-	11.727.924
Instalação	10%	-	434.582	-	(31.086)	-	403.496
Construções em andamento		-	136.085	-	-	-	136.085
Imobilizado em andamento		-	49.087.931	-	-	-	49.087.931
Provisão para perda no ativo		(3.820.378)	(60.036)	301.167	-	-	(3.579.246)
		<u>57.687.838</u>	<u>85.497.462</u>	<u>(7.073.926)</u>	<u>(18.237.421)</u>	<u>7.114.623</u>	<u>124.988.578</u>

- (a) A conta de Imobilizado em Andamento consiste nos custos incorridos com a importação, manuseio, instalação, acomodação de cabos ópticos subaquáticos para implantação do projeto norte conectado, que visa a construção de uma infraestrutura de cabos de fibras ópticas, acomodados no leito do Rio Amazonas, para interligar os cinco municípios: Macapá - AP, Almeirim - PA, Monte Alegre - PA, Santarém - PA e Alenquer - PA, por meio de uma infraestrutura subfluvial. O projeto entrou em operação em 2022, sendo capitalizado nas respectivas rubricas do ativo imobilizado.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

- (b) Com relação a provisão para perda, foi estimada com base no inventário realizado no ano vigente, descontando as baixas ocorridas em 2022. Dessa forma, a segregação dos valores por status dos bens está descrita abaixo:

Classificação do bem	31/12/2022	31/12/2021
Não informado	3.454.892	3.156.889
Não localizado	475.454	225.122
Irrecuperável	16.202	12.659
Obsoleto para o projeto	55.032	22.198
Recuperável	4.217	39.401
Em branco	-	122.977
Total geral	4.005.797	3.579.246

No quadro abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perda do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	2022	2021
Saldo em 01 de janeiro	(3.579.246)	(3.820.378)
(-) Bens baixados no exercício (a)	124.353	301.167
(+) Bens que ingressaram na provisão no exercício (b)	(550.905)	(60.036)
Saldo em 31 de dezembro	(4.005.797)	(3.579.246)

- (a) Bens que estavam compondo o valor da provisão para perda do imobilizado e foram baixados ao longo do ano de 2022.
- (b) Bens que em 2021 não faziam parte da provisão e em 2022 ingressaram na composição (devido mudança de status).

11. Intangível

	Taxas anuais de amortização	31/12/2021	Custo		Amortização		31/12/2022
			Aquisições	Baixas	Amortização	Baixas	
Sistema aplicativo software	20%	5.307.174	3.068.711	-	(2.130.050)	-	6.245.834
Direito cessão de uso (a)	4%	35.896.992	11.098.772	-	(1.503.624)	-	45.492.140
Provisão perda no ativo		(48.993)	-	-	-	-	(48.993)
		41.155.173	14.167.484		(3.633.674)		51.688.981

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

	Taxas anuais de amortização	31/12/2020	Custo		Amortização		31/12/2021
			Aquisições	Baixas	Amortização	Baixas	
Sistema aplicativo software	20%	2.501.972	3.874.649	(261)	(1.069.187)	-	5.307.174
Direito cessão de uso em desenvolvimento (a)	4%	22.267.400	13.629.596	-	-	-	35.896.992
Provisão perda no ativo		(48.993)	-	-	-	-	(48.993)
		24.720.379	17.504.244	(261)	(1.069.187)	-	41.155.173

A amortização dos sistemas de software no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 2.130.050 (R\$ 1.069.187 em 2021) e a amortização de R\$ 1.503.624 se refere ao Projeto BELLA registrada no resultado do exercício.

Classificação do bem	Valor residual	
	31/12/2022	31/12/2021
Não informado	48.993	48.993
Total geral	48.993	48.993

- (a) BELLA, Build Europe Link with Latin America, é um projeto que tem o objetivo de atender as demandas de interconexão de longo prazo das comunidades de pesquisa e educação europeias e latino-americanas, por interesse do Governo Brasileiro e delegação expressa do MCTI através do Ofício MCTI nº 169 de 13/04/2016. Esse projeto garante a cessão do direito de uso de longo prazo sobre espectro em um cabo submarino direto entre as duas regiões, assim como a implementação de uma rede de pesquisa e educação com 100Gbps de capacidade em toda a América Latina.

O sistema de comunicação submarino foi licitado e contratado por CLARA e GÉANT, em nome da RNP e demais redes de pesquisa e educação nacionais participantes do “consortium agreement BELLA”, formado pelas redes (RNIE ou NREN) do Brasil, Chile, Colômbia, Equador, França, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha.

O financiamento do projeto BELLA está a cargo da União Europeia, por meio do programa Horizonte 2020, em virtude dos acordos de subvenção com referências 731505-DG-CNECT (BELLA-S1), DG-DEVCO, LA/2016/376-534 (BELLA-T) e DG-GROWTH. Esse projeto recebeu também financiamento em espécie de CEDIA (Equador), REUNA (Chile), RENATA (Colômbia) e RNP (Brasil). Juntas, as redes contribuem com 30% do custo de acesso ao cabo transatlântico da empresa ELLALINK, além de contribuírem significativamente para atualização rede regional de CLARA na América do Sul.

O contrato é de 25 anos com valor total de € 8.966 mil. Esses valores foram pagos em parcelas no período de 2018 a 2022, sendo o aporte no exercício de 2022 de R\$ 11.098.772 equivalente a €1.992.598 (em 2021 houve o aporte de R\$ 13.629.596, equivalente a €2.165.371). A contrapartida brasileira resultou em uma cessão de direito de uso de longo prazo, em desenvolvimento, e com amortização prevista para os últimos 23 anos do acordo, visto a data de referência para o início da implantação do cabo submarino Brasil-Europa pela empresa ELLALINK. Em sua parte terrestre, o projeto BELLA também finalizou a integração entre Brasil, Argentina e Chile em alta velocidade.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

A conectividade intercontinental direta e a integração inter-regional é um marco histórico para o desenvolvimento da ciência, educação, tecnologia e inovação da América do Sul. Por suas características modernas de escalabilidade, latência e capacidade permitirá maior efetividade e redundância em aplicações altamente demandantes em vários campos, especialmente, ciências da terra, astronomia, clima, biodiversidade, educação, saúde e computação.

12. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores telecomunicações	7.826.420	6.904.012
Fornecedores não telecomunicações	18.097.595	13.345.597
	<u>25.924.015</u>	<u>20.249.608</u>

A conta de Fornecedores Telecom se refere aos valores devidos dos serviços contratados de telecomunicações, já em Fornecedores Não Telecom, são contemplados todos os demais fornecedores da RNP que atendem nas mais diversas necessidades.

13. Passivo de arrendamento

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Principal (i)	931.438	957.386
Encargos financeiros a apropriar (i)	(158.770)	(48.594)
Leasing a pagar (ii)	637.187	-
Circulante	<u>1.409.855</u>	<u>908.792</u>
Principal (i)	2.300.897	290.378
Encargos financeiros a apropriar (i)	(231.217)	(5.175)
Leasing a pagar (ii)	105.894	-
Não circulante	<u>2.175.573</u>	<u>285.204</u>
	<u>3.585.428</u>	<u>1.193.996</u>

- (i) A taxa de desconto utilizada no cálculo dos contratos antigos foi a SELIC média de 6,24% a.a. e para o contrato novo, EMBRAPA - CAMPINAS, o INCC - M acumulado de 2022 de 9,40%. Em 2022, houve extensão de contratos, sendo os mesmos remensurados.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

- (ii) Em 2022, a RNP assinou um contrato de leasing referente a equipamentos de informática com o Banco Daycoval no valor de R\$ 1.270.723 parcelado em 24 vezes de R\$ 52.947.

Segue abaixo uma segregação entre o passivo de arrendamento de direito de uso e o leasing:

	Direito de uso	Leasing
Saldo do arrendamento em 01 de janeiro	1.193.996	-
Remensuração/adição de novos contratos	3.075.941	1.270.723
Pagamento de principal	(1.091.371)	(527.642)
Apropriação de juros ao resultado do exercício	58.524	143.101
Pagamento de juros no exercício	(311.271)	(226.573)
Saldo do arrendamento em 31 de dezembro	2.925.819	659.609
Total do passivo	3.585.428	

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos, segregado por ano:

Ano	Valor nominal	Valor presente
2023	1.568.624	1.409.855
2024	986.057	846.902
2025	880.163	803.785
2026	540.570	524.887
	3.975.414	3.585.428

14. Obrigações fiscais

	31/12/2022	31/12/2021
ISS a recolher	362.650	351.123
IRRF a recolher (a)	1.814.553	2.133.754
CSL/Cofins/PIS CÓD. 5952	592.499	373.040
Cofins sobre prestação de serviços	286.903	251.487
Cofins s/ receita financeira (b)	6.177.357	-
	9.233.962	3.109.404

- (a) A rubrica é composta basicamente por valores referentes à IR retidos sobre a folha de funcionários, seguido do IR retido da prestação de serviços PJ e pôr fim do IR retido da folha de autônomos.
- (b) A Cofins sobre a receita financeira foi reconhecida tanto no Ativo pelo depósito judicial quanto no Passivo pela obrigação legal, visando garantir à parte vencedora o pagamento devido e a efetividade da decisão judicial, determinando a atualização do valor discutido do processo, de acordo com explicação da nota explicativa nº 8.b.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

15. Obrigações trabalhistas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Férias	6.693.106	5.843.581
INSS sobre férias	1.744.218	1.800.963
FGTS sobre férias	535.446	553.964
Outros	40.462	12.181
	<u>9.013.232</u>	<u>8.210.689</u>

16. Obrigações em circulação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contrato de Gestão – MCTI (a)	624.268.202	353.677.668
Finep – Cloudlab (a)	328.682	328.682
	<u>624.596.884</u>	<u>354.006.350</u>
Recursos de projetos incentivados (b)		
Projeto Frida	45.042	35.070
Projeto Global Biodiversity (d)	(15.405)	87.451
CONVÊNIO PEDRO II	721.095	902.688
MCTI, RNP, FINATEL E CPQD PROJ 6G	1.071.114	1.656.401
RNP 5G IN A BOX	579.027	15.808
OPEN RAN (c)	18.134.429	17.653.805
PETROBRAS	1.163.129	-
	<u>21.698.432</u>	<u>20.351.223</u>
	<u>646.295.316</u>	<u>374.357.574</u>
Circulante	<u>495.174.185</u>	<u>374.357.574</u>
Não circulante	<u>151.121.130</u>	<u>-</u>

- a) O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o contratante, ou seja, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI) faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP. As entradas dos recursos do Contrato de Gestão, bem como os recursos dos convênios FINEP, são registradas na conta de Obrigações em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorrer no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada no caixa da Organização. A medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

Com base nos aditivos ao Contrato de Gestão já pactuados, a RNP recebeu em 2022 o valor total de R\$ 569.218.854. Desse montante, R\$ 407.981.166 são de competência de 2021 e R\$ 161.237.688 do exercício de 2022, conforme segue:

	2022
2º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	171.000.000
3º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	200.419.870
4º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	26.925.427
5º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	9.635.869
6º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	133.648.008
7º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	27.589.680
	569.218.854

Em 31 de dezembro de 2022 alguns recursos permaneceram pendentes de repasse, conforme a seguir:

	R\$
27º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	33.706.371
32º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	15.324.158
5º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	1.000
7º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	1.300.000
8º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	65.000.000
9º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	39.167.660
10º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	14.532.112
11º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	46.000.000
12º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	2.000.000
13º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	25.170.541
	242.201.842

No demonstrativo a seguir apresentamos a movimentação da conta de obrigação em circulação:

	2022	2021
Saldo inicial em 01 de janeiro	354.006.350	186.405.203
Ingresso de recursos do contrato de gestão	569.218.854	450.453.992
Despesas executadas no exercício - contrato de gestão	(346.014.473)	(283.742.704)
Despesas executadas no exercício - FINEP/CLOUDLAB	-	(41.211)
Devolução de Recurso TA	(272.558)	(563.874)
Receita financeira	47.658.711	3.539.767
Outros - FINEP/CLOUDLAB	-	30
Saldo final em 31 de dezembro	624.596.984	354.006.350

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

- b) O montante registrado nessa rubrica corresponde aos valores recebidos antecipadamente a título de patrocínios, convênios ou acordos para execução de projetos específicos. À medida que os gastos são incorridos, estes são contabilizados no resultado do exercício e a receita correspondente é reconhecida no mesmo montante.
- c) O projeto OPEN RAN tem como objetivo a pesquisa e o desenvolvimento de software para a construção de uma plataforma de código aberto para o controle e gerenciamento de infraestruturas de rede programáveis compostas por equipamentos abertos e desagregados, ou seja, construídos a partir da integração de múltiplos componentes fornecidos por diferentes fabricantes de hardware e software. O software a ser desenvolvido neste projeto consiste em controladores, orquestradores, funções e serviços de rede envolvendo o uso de virtualização, computação e armazenamento em nuvem e inteligência artificial.
- d) Além disso, o projeto tem como objetivo prover um ambiente de testes (*testbed*) a nível nacional, envolvendo tais tecnologias, para o uso pela academia, indústria e prestadores de serviços de comunicação.
- e) O projeto Global Biodiversity não possuiu nenhum recebimento de receita no ano de 2022, recebendo somente despesas, sendo assim, a conta desse projeto ficou com saldo a débito no final do exercício.

17. Provisão para riscos judiciais

17.1. Contingências classificadas como prováveis:

A RNP é parte em processos judiciais ou em riscos potenciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiências com naturezas semelhantes, foram classificadas como de risco provável de perda.

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas prováveis de processos judiciais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, de acordo com os valores abaixo discriminados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas (processos judiciais)	673.724	152.945
Cíveis	1.696.813	-
Trabalhistas (terceirização)	23.787.868	21.405.000
	<u>26.158.406</u>	<u>21.557.945</u>

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

A movimentação da provisão para riscos judiciais ocorreu conforme demonstrado no quadro abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo em 01 de janeiro	21.557.945	20.675.737
(+) Constituição de provisão	4.753.406	1.018.890
(-) Reversão de provisão	(152.945)	(136.682)
Saldo em 31 de dezembro	<u>26.158.406</u>	<u>21.557.945</u>

17.2. Contingências classificadas como possíveis:

Adicionalmente, a Entidade tem ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>Quantidade</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Quantidade</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhista	6	803.403	4	718.266
Tributária	3	1.669.605	5	4.299.556
	9	<u>2.473.008</u>	9	<u>5.017.823</u>

Em relação a movimentação das contingências classificadas como "Possíveis", além da atualização dos valores das ações judiciais, o processo relacionado à Cofins sobre rendimentos financeiros, anteriormente classificado como possível, passou a ser considerado provável de acordo com as notas explicativas nº 8.b. e 14.b.

18. Patrimônio Líquido

(a) Patrimônio Social

O patrimônio social é constituído pelas dotações iniciais concedidas/cedidas pelos fundadores e adicionados pelo superávit ou déficit apurados em cada exercício social.

(b) Superávits/Déficits acumulados

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social no exercício subsequente.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

19. Receita de convênios

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PROJETO BRASIL 6G	9.007.369	3.343.291
PROJETO 5G IN A BOX	1.444.360	1.030.111
FUNDAÇÃO DE APOIO À CAPACITAÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – FACTI	-	758.584
CONVÊNIO COLÉGIO PEDRO II	453.380	625.525
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONOMICOS	-	239.487
CENTRO UNIVERSITARIO TABOSA DE ALMEIDA ASCES-UNITA	-	85.000
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLOGICO	-	85.000
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	85.000	85.000
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPMR	70.625	-
LAUREN FOUNDATION	229.488	-
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE EDUCACAO – FNDE	170.000	-
PETROBAS	75.138	-
Outros	263.811	712.207
CENTRO UNIVERSITARIO TABOSA DE ALMEIDA - ASCES_UNITA	102.000	-
FRIDA	932	-
FUNDAÇÃO BAHIANA PARA DESENVOLVIMENTO DAS CIENCIAS	48.875	-
GLOBAL BIODIVERSI	21.740	-
HOSPITAL SÃO RAFAEL	26.250	-
INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA – IMES	51.000	-
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA	244.000	-
OPEN RAN	18.013.963	-
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA	7.625	-
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB	72.250	-
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP	79.750	-
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC	46.750	-
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB	14.875	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES	331.471	-
UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA – ANTARES	46.750	-
CLOUDLAB	81.116	-
	<u>30.988.518</u>	<u>6.964.203</u>

A receita de convênios se trata de uma conta sazonal pela qual a RNP busca alavancar seus recursos adicionais que servem tanto para estender projetos em curso, quanto para atender aos conveniados em serviços de rede e ou para complementar infraestrutura própria destinada à integração de novas organizações e de novas comunidades, propiciando o aumento da base de clientes, diminuindo a vulnerabilidade da RNP em relação ao Contrato de Gestão como único e grande financiador.

20. Receita de prestação de serviço

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Recursos (a)	28.017.441	22.044.981
Outras receitas	5.619.167	1.925.835
	<u>33.636.608</u>	<u>23.970.815</u>
Tributos sobre serviços prestados		
ISS	(1.289.373)	(1.197.523)
Cofins	(2.457.615)	(1.841.971)
	<u>(3.746.988)</u>	<u>(3.039.494)</u>
	<u>29.889.620</u>	<u>20.931.321</u>

(a) A receita de recurso contempla os acordos de cooperação técnica que funcionam como um instrumento jurídico formalizado entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos no caso da RNP com o objetivo de firmar interesse de mútua cooperação técnica, visando a execução de programas de trabalho, projetos/atividade ou evento de interesse recíproco.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

21. Despesas com pessoal

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários e ordenados (a)	(50.088.333)	(42.321.782)
INSS	(15.850.815)	(14.285.027)
Autônomos	-	(3.819.008)
Assistência médica	(3.064.042)	(2.320.925)
FGTS	(4.984.504)	(4.312.621)
13º salário	(4.589.223)	(4.682.176)
Auxílio alimentação/refeição	(3.785.983)	(3.496.578)
Horas extras	(1.205.651)	(1.433.719)
Férias indenizadas	(289.467)	(403.684)
Auxílio creche	-	(531.636)
PIS s/ folha de pagamento	(612.362)	(522.064)
Gratificações / comissão	(1.496.248)	(85.480)
Estagiários	(235.814)	(156.682)
Complemento auxílio-doença	(16.298)	(68.380)
Seguro de vida em grupo	(199.087)	(152.596)
Vale transporte	(10.757)	(8.317)
Treinamento de pessoal	(4.305.366)	-
Assistência odontológica	(64.878)	(94.356)
Demais auxílios	(744.790)	-
Outras despesas com pessoal	(309.454)	-
Bolsistas	(3.245.687)	(1.650.038)
Auxílio educação	-	(2.700)
Auxílio vacina	-	(92.489)
Auxílio funeral	-	(13.200)
Prorrogação auxílio maternidade	-	(78.251)
Prêmio de desempenho (b)	(3.411.263)	(3.320.417)
	<u>(98.510.022)</u>	<u>(83.852.123)</u>

- (a) A variação ocorrida na conta de salários se deu por alguns fatores: aumento no quadro de funcionário mediante novas contratações, progressões e promoções e o aumento do dissídio de 2022.
- (b) O Prêmio de Desempenho foi instituído com o objetivo de recompensar os empregados que tiveram participação no atingimento da meta institucional, prevista no Contrato de Gestão firmado entre a RNP e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações– MCTI, para o fomento de tecnologias de informações e comunicações no meio acadêmico público federal. Esse prêmio é pago por liberalidade e só é efetivado quando as metas são atingidas e quando existem recursos financeiros disponíveis para seu custeio. Não se constituindo em remuneração fixa para fins de incorporação aos salários.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

22. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Conectividade nacional	(58.488.449)	(62.192.569)
Convênio de cooperação acadêmica	(19.925.525)	(15.112.355)
Outras despesas	(7.533.979)	(8.642.605)
Serviço de terceirização de mão de obra (a)	(37.195.549)	(28.966.301)
Viagens	(5.793.541)	(591.654)
Renovação de licenças (b)	(20.209.533)	(13.394.447)
Conectividade internacional	(3.354.910)	(3.483.040)
Material de informática	(1.851.749)	(4.031.678)
Utilidades e serviços	(1.944.804)	(2.378.567)
Ocupação	(2.266.076)	(2.056.415)
Consultoria jurídica	(599.985)	(1.099.231)
Consultoria e assessoria - ESR	(212.408)	(597.258)
Serviço de Obra Civil	(3.578.726)	(3.012.552)
Serviços especializados - eventos	(746.861)	(774.938)
Treinamentos e cursos	-	(1.943.611)
Assessoria Contábil/Custos	(801.124)	(512.456)
Serviço de Auditoria	(180.960)	(308.374)
Assessoria de imprensa	(730.359)	(581.487)
Consultoria/assessoria	(17.172.370)	(11.928.200)
Consultoria em projetos	(1.406.500)	(2.341.901)
Assessoria/consultoria em informática (c)	(66.611.497)	(30.842.805)
Instalação, manutenção e reparo de equipe	(3.877.641)	(6.652.841)
Prestação de serviços pessoa física	(4.365.073)	-
	<u>(258.847.618)</u>	<u>(201.445.284)</u>

- (a) Em função de ampliações dos projetos houve a necessidade de contratação de serviços de outsourcing.
- (b) A variação dessa conta ocorreu por renovações e manutenções de licenças de software. Despesa referente a renovações de Licenças Google Workspace for Education PLUS para Universidades, manutenções de licença de SW – METALLIB e Consumo do serviço Power BI referente ao projeto de conexão das USF.
- (c) A variação ocorreu por ampliações de projetos antigos como: O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), RGHU que possuiu uma nova etapa de implementação a partir de agosto de 2022, expansão projeto CAPES e a manutenção e evolução do sistema Protheus. Além disso, houve inicialização de novo projeto: O Programa Internet Brasil, que visa promover acesso gratuito à internet em banda larga móvel para alunos matriculados na educação básica da rede pública.

23. Despesas tributárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IR s/ serviços no exterior	(869.464)	(588.331)
Impostos e taxas	(457.461)	(1.445.483)
Outros	(493.634)	(362.588)
	<u>(1.820.559)</u>	<u>(2.396.403)</u>

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
(Provisão) reversão para perdas ativo imobilizado e intangível	(426.551)	241.131
Perda nas baixas de ativo imobilizado	(312.710)	(255.989)
Variação cambial	105.737	224.405
Reversão de despesa (a)	4.001.840	-
Outros	215.678	(1.604)
Devolução de recursos (b)	-	(1.077.864)
	<u>3.664.562</u>	<u>(869.921)</u>

(a) As reversões de despesas que ocorreram em 2022 e foram geradas após o registro de notas fiscais de fornecedores, que anteriormente, no fechamento do exercício de 2021, tinham sido provisionadas por valor superior.

(b) Em 2021 o saldo está representado basicamente pela devolução de recursos repassados pela RNP referentes ao projeto NSF.

25. Resultado financeiro líquido

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras (a)	57.407.781	5.729.888
Descontos financeiros obtidos	31	32
	-	-
	<u>57.407.812</u>	<u>5.729.920</u>
Despesas financeiras		
Variação cambial (b)	(242.725)	(2.351.554)
IRRF s/ aplicação financeira	(9.531.021)	(881.240)
Juros	(198.930)	(40.881)
IOF	(243.920)	(124.499)
Despesas bancárias	(149.146)	(103.458)
Juros e multas passivas	(11.248)	(2.850)
Outras despesas	(2.615) -	(6.642)
	<u>(10.379.685)</u>	<u>(3.511.123)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>47.028.127</u>	<u>2.218.797</u>

(a) O aumento nos juros sobre as aplicações financeiras se deu em virtude da alteração do perfil de investimento e gestão dos recursos em tesouraria. Em 2020 grande parte da aplicação financeira estava concentrada em fundos automáticos, no qual o rendimento médio anual não chegava perto da taxa DI (em torno de 30% a 50%). A partir de julho de 2021 definiu-se que as aplicações automáticas seriam encerradas e os recursos passaram a ser investidos em fundos de renda fixa de baixo risco, alta liquidez e rentabilidade próxima ou superior a essa taxa (DI). Além disso, a decisão tomada pela Entidade foi ao encontro do momento vivido pelo país, ou seja, aumentos sucessivos da Taxa Selic, principal balizador de fundos de investimentos em renda fixa e fundos DI, o que também contribuiu positivamente para o aumento das receitas financeiras como um todo.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

Ademais, a tesouraria também passou a atuar de forma mais ativa no acompanhamento semanal dos recursos, realizando resgates para cobrir os pagamentos já programados, motivo esse que explica o aumento do IRRF, e aplicando o excedente de caixa das diversas contas, para assim obter maior rentabilidade.

- (b) A redução das variações cambiais está relacionada ao projeto “Conectados”. Em 2021 foi registrada variação cambial em razão da elevação de importação de equipamentos.

26. Transações com partes relacionadas

Remuneração e pessoal-chave

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração total da Alta Gerência da RNP foi de R\$ R\$ 2.624.501 (R\$ 2.547.850 em 2021). A RNP não concede benefícios pós-emprego ou outros de longo prazo para os seus diretores e colaboradores.

A RNP é co-fundadora e associada à CLARA - Cooperação Latino-Americana de Redes Avançadas, uma Organização de Direito Internacional sem fins lucrativos que opera uma rede de Internet Avançada, a RedCLARA, que tem como objetivo interconectar internacionalmente a RNP às redes acadêmicas de diversos países da América Latina e Europa. Com isso, estende o serviço de conectividade às instituições usuárias destes outros países e do continente europeu.

CLARA possui um conselho diretivo escolhido através de votação, em assembleia de seus associados. Atualmente, o Diretor de Engenharia e Operações, Eduardo Cezar Grizendi, é o representante da RNP no Conselho Diretivo de CLARA.

27. Gestão dos riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais e políticas

A Entidade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração.

a) Gestão de risco financeiro

A atividade da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros) e risco de liquidez. A gestão de risco da Entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

a.1) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras da Entidade, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de 1º linha.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais)

a.2) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, e capacidade de liquidar posições de mercado.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo em condições normais de mercado. Esses instrumentos visam a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. Nos exercícios findos 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Entidade não realizou operações com caráter especulativo, em derivativos ou em quaisquer outros ativos de riscos.

28. Cobertura de seguros

Ao final de 2021 diversas apólices foram renovadas e regeram as coberturas para o ano de 2022 até o mês de novembro quando ocorreu a renovação anual das apólices e revisão dos prêmios e coberturas. De modo geral, as apólices estão distribuídas conforme a as disposições abaixo:

Apólice	Vigência		Dias	Valor Total
1.007.100.042.343	13/11/2022	13/11/2023	366	R\$ 16.183,55
1.007.100.042.344	13/11/2022	13/11/2023	366	R\$ 401.999,46
1007100042342 - PROJ 913	13/11/2022	13/11/2023	366	R\$ 119.251,27
1007100042342 - PROJ 641	13/11/2022	13/11/2023	366	R\$ 18.051,34
1007100042346 - PROJ 997	13/11/2022	13/11/2023	366	R\$ 1.761,17
1007100042346 - PROJ 641	13/11/2022	13/11/2023	366	R\$ 4.351,35
30.10.0020130.28	12/09/2022	12/09/2023	366	R\$ 39.943,21

Dessa forma, em 31/12/2022 a RNP possui o pagamento total referente a prêmios de seguro na casa de R\$ 561.613,52.

Nas apólices foram listados todos os locais de risco cobertos, bem como todos os itens contemplados na proteção com suas respectivas características de identificação tais como número de série, marca, descrição e seu respectivo local de risco conforme especificado na apólice.

Adicionalmente, ao longo do ano, o seguro é revisto e atualizado conforme a probabilidade de mudança do critério anteriormente mencionado, com o objetivo de resguardar o patrimônio.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Entidade.
